

Poços de Caldas Transmissora de Energia S.A.

**Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2023
e relatório dos auditores independentes**

Conteúdo

Relatório da Administração	3
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	7
Balancos patrimoniais	10
Demonstrações dos resultados	12
Demonstrações dos resultados abrangentes	13
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	14
Demonstrações dos fluxos de caixa	15
Notas explicativas às demonstrações financeiras	16



Relatório da Administração

Prezados Acionistas,

A **Poços de Caldas Transmissora de Energia S.A. (“PCTE” ou “Companhia”)** apresenta o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras, com os Relatórios dos Auditores Independentes referente ao exercício de 2023.

1) A companhia

A PCTE é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 12 de dezembro de 2006 e estabelecida na Av. Presidente Vargas, 955, sala 1512, Centro, Rio de Janeiro. Possui duas filiais, localizadas em Araporã no Estado de Minas Gerais e em Rosana no Estado de São Paulo.

A Companhia é controlada pela State Grid Brazil Holding S.A. (SGBH ou Grupo SGBH) desde 15 de dezembro de 2010 quando foi adquirida já em fase operacional da Isolux Energia e Participações S.A., Lintran do Brasil Participações S.A., Elecnor Transmissão de Energia S.A. e Abengoa Brasil Ltda. A SGBH é Subsidiária da State Grid Corporate of China (SGCC), localizada em Pequim, na República Popular da China.

2) Setor elétrico – segmento de transmissão

A receita do setor de transmissão no Brasil tem origem nos leilões de transmissão promovidos pelo Ministério de Minas e Energia, através da Agência Reguladora (ANEEL) e tem um marco regulatório completo e consistente, o que garante que as transmissoras tenham mecanismos de revisões e reajustes tarifários periódicos, operacionalizados pela própria ANEEL (anualmente e nas revisões periódicas das receitas aprovadas).

Nesse contexto, mesmo com incertezas no segmento de energia no mercado brasileiro, a Companhia espera manter a geração de caixa e margem positiva de suas operações. O segmento de transmissão de energia deve permanecer como o de menor risco do setor, pois o recebimento de sua receita é baseado na disponibilidade de ativos.

Dados da concessão:

Extensão de linhas em km:	300,50
Tensão em kv:	500/440
Subestações próprias/acessadas:	5

3) Desempenho Financeiro

3.1) Receita

A Resolução Homologatória nº 3.216 publicada em 4 de julho de 2023, estabeleceu novos valores referentes às receitas anuais permitidas da Companhia, para o ciclo de 2023/2024, com decréscimo na RAP de R\$ 32.459.781 (trinta e dois milhões, quatrocentos e cinquenta e nove mil, setecentos e oitenta e um reais), vide nota explicativa 1.2. Em 21 de Junho de 2022, a ANEEL, através da resolução homologatória nº 3.050/2022, homologou o resultado das Revisões



Tarifárias Periódicas da Receita Anual Permitida – RAP dos Contratos de Concessão de Transmissão de Energia, com um índice de reposicionamento nominal de 385,83%.

3.2) Desempenho econômico-financeiro

Os principais indicadores econômico-financeiros ao final do exercício de 2023 e 2022 são:

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
• Liquidez geral	12,24	13,27
• Liquidez corrente	12,02	16,70
• Relação patrimônio líquido/ativo	91,83%	92,46%
• Relação passivo não circulante/ativo	5,20%	5,08%
• Rentabilidade do patrimônio líquido	7,89%	6,47%
• Relação lucro operacional/patr. líquido	7,43%	5,27%
Ativos totais – R\$	224.075.834	269.616.487
Lucro líquido do exercício – R\$	16.237.779	16.128.297

4) Governança corporativa

A cada ano a Companhia busca ser mais inclusiva, e vem aperfeiçoando seu sistema de gestão, buscando as melhores práticas de governança corporativa, atuando com ética e respeito para com seus acionistas e demais partes interessadas.

Praticamos um diálogo direto com nossos acionistas e, para fortalecer o relacionamento com as partes interessadas no negócio, em 2023 nos aprofundamos em avaliar nossa estrutura de governança e criamos um novo departamento de Governança Corporativa que é composto por cinco gerências: Assuntos de Governança Corporativa, Regulatório de Relacionamento, Compliance e Privacidade, Cultura de Comunicação Corporativa e Gestão Administrativa e Supervisão. O novo departamento vai integrar divisões multidisciplinares e suas funções de gestão, fortalecendo a governança da empresa, de acordo com as melhores práticas do mercado.

O Grupo é representado em sua instância máxima de governança pelo Comitê Sênior de Gestão (SMC). O órgão é composto por executivos com reconhecida experiência no setor elétrico. As decisões do SMC são apoiadas por oito comitês especialistas em temas estratégicos. Em 2023, também introduzimos um novo sistema de governança que através da sua implementação a rastreabilidade e eficiência dos processos de tomadas das decisões foram aprimoradas.

Com a criação de uma área dedicada ao ESG (Environment, Social, Governance), impulsionamos medidas relevantes como a viabilização das debêntures verdes na implantação da Silvânia Transmissora de Energia (STE); a mensuração das emissões de gases-estufa, bem como a assinatura do Pacto Global da Organização das Nações Unidas. A adesão ao Pacto Global materializou o empenho da SGBH em gerar valor não só para o negócio, mas para toda a sociedade. Com isso, estaremos cada vez mais alinhados ao alcance dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), definidos na Agenda 2030 da ONU, materializando o objetivo corporativo de transmitir energia de forma sustentável e mediante condutas transparentes. Assim, seguiremos gerando valor não apenas para o negócio, mas para toda a sociedade

5) Gestão de Riscos



Agimos de forma integrada para alcançar resultados eficientes e eficazes ao mesmo tempo que se preserva e promove a geração de valor. Nesse sentido, a gestão de riscos constitui um dos assuntos mais relevantes em nossa governança corporativa e permeia desde a avaliação de projetos até a operação e a manutenção de equipamentos, instalações e processos de trabalho.

Dispomos de uma área dedicada, com a premissa de promover o gerenciamento de riscos em toda organização conforme exigentes padrões de qualidade e alinhado com as melhores práticas e frameworks globais, visando à sustentabilidade corporativa, segurança de colaboradores e comunidades locais e a conservação do meio ambiente. Para isso, identificamos, avaliamos, tratamos e monitoramos os riscos relacionados à nossa estratégia corporativa bem como os fatores de riscos que permeiam nossas atividades e processos. A Matriz de Risco é constantemente atualizada e a SGBH monitora continuamente aqueles considerados mais impactantes no negócio da empresa (“Top Risks”), além de desenvolver o ambiente de controles internos de todos os riscos mapeados bem como a condução de trabalhos de auditoria interna que auxiliam na avaliação da efetividade destes controles e identificação de oportunidades de melhoria.

6) Ética, Transparência e Compliance

Nossas práticas de ética e compliance estão expressas no Código de Ética e Conduta, existente desde 2020. O documento apresenta nosso compromisso e respeito à legislação local e internacional, bem como nossos valores corporativos de estabelecer relações baseadas em integridade, ética e transparência nas relações com nossos colaboradores, fornecedores, prestadores de serviço, parceiros de negócio e concorrentes.

Em 2023, fizemos atualizações importantes neste documento, a fim de darmos destaque ao Canal de Ética e, ainda, criamos tópicos específicos sobre o nosso compromisso com os Direitos Humanos, combate ao Assédio Moral e Sexual no ambiente de trabalho, e luta contra Fraude e Corrupção. Além disso, para todos os tópicos, foram incluídos exemplos práticos da conduta esperada e do que não será tolerado pela SGBH, tornando assim, o Código e Ética e Conduta um guia claro e preciso para ser consultado a qualquer momento.

Com o objetivo aumentar a eficiência na condução do tema, também em 2023, criamos a Divisão de Compliance & Privacidade, parte do Departamento de Governança Corporativa.

Como medida de disseminação interna da prática de conduta ética e compliance, o time de Compliance realiza treinamentos presenciais tanto para as equipes da sede corporativa como nas regionais, para todos os níveis hierárquicos. Além disso, o time de Compliance também é responsável por criar pílulas mensais abordando temas atuais de compliance enviados por e-mail, como privacidade e proteção de dados, igualdade racial e de gênero, diversidade e inclusão e prevenção ao assédio moral e sexual no ambiente de trabalho.

O time de Compliance também realiza o acompanhamento dos relatos recebidos no Canal de Ética. Este importante canal é gerido por uma empresa independente que analisa o conteúdo dos relatos e, após análise inicial, os encaminha ao Time de Compliance, que conduz as investigações em caráter confidencial e as reporta ao Comitê de Ética. Casos críticos são levados ao Comitê Sênior de Gestão, mais alto órgão de governança. Em 2023 não foram identificadas preocupações críticas ao negócio da Companhia.

Em meados de 2022, a Companhia deu mais um grande e significativo passo na jornada ESG, com a assinatura do Pacto Global da Organização das Nações Unidas (ONU), demonstrando que seu compromisso vai muito além da segurança operacional, e que suas práticas de meio ambiente, sustentabilidade e governança estarão cada vez mais alinhadas com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável definidos na Agenda 2030 da ONU, materializando o compromisso



da Companhia de transmitir energia de forma sustentável e transparente, gerando valor não só para o negócio, mas para toda a sociedade.

Nosso objetivo é o de buscar cada vez mais transparência nas informações e o alinhamento de todas as equipes de forma a garantir total sintonia com os propósitos do Grupo.

7) Responsabilidade ambiental e social

O Grupo SGBH vem operando em conformidade com a legislação brasileira, atendendo a todos os requisitos de meio ambiente e exigências de saúde, higiene, segurança e medicina do trabalho. Na fase de operação de seu empreendimento, são desenvolvidos Programas Ambientais visando mitigar e compensar os impactos ao meio ambiente. O Grupo também participa de ações sociais junto a Sociedade. Para isso, investimos recursos próprios e incentivados em projetos que promovem a sociedade onde atuamos nos aspectos de emprego e renda, cultura, esporte, saúde e educação. No total, participamos de 13 projetos ou ações que valorizam a população e colocam as comunidades no papel de protagonistas, buscando implementar mecanismos de continuidade, no longo prazo, das iniciativas promovidas. Os projetos incentivados no âmbito das leis de incentivo federais são apoiados de forma continuada Pelo Grupo que promove ações internas de engajamento entre seus colaboradores para também incentivar o voluntariado.

8) Serviços de Auditoria Externa

Em 2023 a empresa teve como auditor Independente exclusivo a KPMG Auditores Independentes. O primeiro contrato com a KPMG Auditores Independentes foi assinado em 12 de maio de 2020 com vigência efetiva até o fim de cada ciclo de auditoria sendo este contrato renovado anualmente.

Em cumprimento à revisão da NBC PA 400 alterada pela Revisão da NBC 17, informamos que no último exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023, os auditores independentes da Companhia Exerceram tão e somente serviços contratados de auditoria contábil externa e não receberam quaisquer outros valores a título de prestação de outros serviços. Demonstramos no quadro abaixo a remuneração (honorários e serviços) relacionada aos serviços de auditoria externa:

Remuneração Relacionada aos Serviços de auditoria Externa		
Auditor Independente	2023	2022
KPMG Auditores Independentes	34.973	44.098
Total	34.973	44.098

A companhia tem como prática alguns procedimentos que visam evitar o conflito de interesse ou a perda de independência e objetividade por parte dos referidos auditores externos independentes.

9) Agradecimentos

Registramos nossos agradecimentos aos membros da Diretoria e Conselho de Administração pelo apoio prestado no debate e encaminhamento das questões de maior interesse da sociedade. Nossos especiais reconhecimentos à dedicação e empenho do quadro funcional.



POÇOS DE CALDAS

TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.

Também queremos deixar consignados nossos agradecimentos aos prestadores de serviços, usuários, entidades financeiras, seguradoras, demais agentes do Setor Elétrico e a todos que direta ou indiretamente, colaboraram para o êxito das atividades da Companhia e para o cumprimento da nossa missão de concessionária.

Rio de Janeiro, 01 de março de 2024.

A Administração



KPMG Auditores Independentes
Rua do Passeio, 38 - Setor 2 - 17º andar - Centro
20021-290 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Caixa Postal 2888 - CEP 20001-970 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Telefone +55 (21) 2207-9400
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

**Aos Acionistas e Diretores da
Poços de Caldas Transmissora de Energia S.A.
Rio de Janeiro - RJ**

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Poços de Caldas Transmissora de Energia S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Poços de Caldas Transmissora de Energia S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

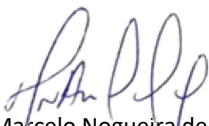
Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 01 de março de 2024.

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC SP-014428/O-6 F-RJ



Marcelo Nogueira de Andrade
Contador CRC RJ-086312/O-6

Poços de Caldas Transmissora de Energia S.A.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2023 e de 2022

(Em milhares de Reais)

	Nota	31/12/2023	31/12/2022
Ativo			
Ativo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	6	34.687.741	59.225.975
Concessionárias e permissionárias	7	20.048.262	7.127.515
Contas a receber - partes relacionadas	23	746.496	6.619.463
Almoxarifado	8	1.723.203	1.910.149
Adiantamento a fornecedores		45.117	34.224
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		93.227	82.061
Outros impostos a recuperar		60	9.150
Ativo de contrato	9	22.314.220	35.006.439
Outros ativos circulantes		502.637	730.227
		80.160.962	110.745.203
Ativo não circulante			
Realizável no Longo Prazo			
Ativo de contrato	9	142.807.856	157.199.545
Outros ativos não circulantes	10	660.392	877.965
		143.468.248	158.077.510
Imobilizado			
Intangível	11	439.677	786.857
		6.947	6.917
		446.624	793.774
Total do ativo			
		224.075.834	269.616.487

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Poços de Caldas Transmissora de Energia S.A.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2023 e de 2022

(Em milhares de Reais)

	Nota	31/12/2023	31/12/2022
Passivo			
Passivo circulante			
Fornecedores - terceiros	12	418.009	1.022.634
Fornecedores - partes relacionadas	23	1.116.174	803.806
Obrigações Sociais e Trabalhistas	14	1.806.457	1.765.002
Imposto de renda e contribuição social a pagar		1.154.159	970.506
Outros impostos a pagar		1.168.853	637.816
Taxas regulamentares	13	848.419	1.432.080
Dividendos Propostos	17	154.259	-
		6.666.331	6.631.844
Passivo não circulante			
Outras provisões - compensação ambiental		119.275	113.903
Provisão para contingências	15	416.045	637.236
Impostos diferidos	16	11.112.654	12.935.463
		11.647.974	13.686.602
Patrimônio líquido	17		
Capital social		189.678.009	446.678.009
Reserva Legal		811.889	-
Reserva de lucros		15.271.631	-
Prejuízo acumulado		-	(197.379.968)
		205.761.529	249.298.041
Total do passivo e do patrimônio líquido		224.075.834	269.616.487

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Poços de Caldas Transmissora de Energia S.A.

Demonstrações dos resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022

(Em milhares de Reais)

	Nota	31/12/2023	31/12/2022
Receita operacional líquida	18	27.743.709	29.107.042
Custo da operação	19	(12.458.034)	(11.088.533)
Lucro (prejuízo) bruto		15.285.675	18.018.509
Despesas gerais e administrativas	20	(2.267.021)	(4.030.577)
Outras despesas operacionais líquidas		(1.003.262)	(841.664)
Lucro antes do resultado financeiro		12.015.392	13.146.268
Resultado financeiro	21	8.349.276	5.829.868
Receita financeira		8.454.803	6.071.007
Despesa financeira		(105.527)	(241.139)
Resultado antes dos impostos sobre o lucro		20.364.668	18.976.136
IRPJ e CSLL correntes	22	(4.961.101)	(3.483.340)
IRPJ e CSLL diferidos	22	834.212	635.501
Lucro líquido do exercício		16.237.779	16.128.297

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Poços de Caldas Transmissora de Energia S.A.

Demonstrações dos resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022

(Em milhares de Reais)

	31/12/2023	31/12/2022
Lucro líquido do exercício	16.237.779	16.128.297
Outros resultados abrangentes	-	-
Total de resultados abrangentes	<u>16.237.779</u>	<u>16.128.297</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Poços de Caldas Transmissora de Energia S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022

(Em milhares de Reais)

	Capital social	Reserva de lucros		Lucro (Prejuízo) acumulado	Total
		Reserva legal	Reserva de lucros		
Saldo em 31 de dezembro de 2021	446.678.009	-	-	(213.508.265)	233.169.744
Aumento de capital (Nota explicativa 17)	-	-	-	-	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	16.128.297	16.128.297
Saldo em 31 de dezembro de 2022	446.678.009	-	-	(197.379.968)	249.298.041
Absorção do prejuízo com a redução de capital social (Nota explicativa 17)	(197.379.968)	-	-	197.379.968	-
Redução de capital social com capital restituído (Nota explicativa 17)	(59.620.032)	-	-	-	(59.620.032)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	16.237.779	16.237.779
Constituição da reserva legal	-	811.889	-	(811.889)	-
Dividendos propostos (Nota explicativa 17)	-	-	-	(154.259)	(154.259)
Destinação de lucros acumulados a reserva de lucros	-	-	(15.271.631)	(15.271.631)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2023	189.678.009	811.889	15.271.631	-	205.761.529

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Poços de Caldas Transmissora de Energia S.A.

Demonstrações dos Fluxos de Caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022

(Em milhares de Reais)

	Nota	31/12/2023	31/12/2022
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro antes dos impostos		20.364.668	18.976.136
Itens de resultado que não afetam o caixa			
Depreciação e amortização		161.728	144.508
Baixa de imobilizado e intangível		209.922	5.372
Provisão para perda de crédito esperada	7	(5.097)	280.606
Provisão para compensação ambiental		5.372	(6.982)
Provisão para contingências	15	(221.191)	540.148
(Aumento) redução nos ativos			
Concessionárias e permissionárias		(12.915.650)	(2.454.667)
Contas a receber		5.872.967	(5.911.922)
Ativo de contrato	9	27.083.908	20.633.150
Almoxarifado		186.946	33.928
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		(11.166)	-
Outros impostos a recuperar		9.090	(9.091)
Adiantamentos a fornecedores		(10.893)	40.479
Outros ativos		445.163	4.127.326
Aumento (redução) nos passivos			
Fornecedores – terceiros		(604.625)	664.552
Fornecedores – partes relacionadas		312.368	(494.079)
Imposto de renda e contribuição social a pagar		(1.830.972)	(1.101.651)
Outros impostos a pagar		2.386.572	2.099.731
PIS e COFINS diferido		(988.596)	(753.110)
Taxas regulamentares		(583.661)	388.666
Outros impostos pagos		(1.855.534)	(2.027.227)
Obrigações sociais e trabalhistas		41.455	556.545
Fluxo de caixa gerado pelas atividades operacionais		<u>38.052.774</u>	<u>35.732.418</u>
Imposto de renda e Contribuição social pagos		<u>(2.946.476)</u>	<u>(1.790.803)</u>
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais		<u>35.106.298</u>	<u>33.941.615</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Aquisição de imobilizado e intangível		<u>(24.500)</u>	<u>(338.133)</u>
Fluxo de caixa (utilizado nas) atividades de investimento		<u>(24.500)</u>	<u>(338.133)</u>
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Redução de capital	17	<u>(59.620.032)</u>	<u>-</u>
Fluxo de caixa (utilizado nas) atividades de financiamento		<u>(59.620.032)</u>	<u>-</u>
Aumento do saldo de caixa e equivalentes de caixa		<u>(24.538.234)</u>	<u>33.603.482</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		<u>59.225.975</u>	<u>25.622.493</u>
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício		<u><u>34.687.741</u></u>	<u><u>59.225.975</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

1 Informações gerais

A Poços de Caldas Transmissora de Energia S.A. (“PCTE” ou “Companhia”), é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 12 de dezembro de 2006 e estabelecida na Av. Presidente Vargas, 955, sala 1512, Centro, Rio de Janeiro. Possui duas filiais, localizadas em Araporã no Estado de Minas Gerais e em Rosana no Estado de São Paulo.

A Companhia iniciou suas operações em 21 de maio de 2009 e 01 de julho de 2009 tem por objeto a exploração de concessões de Serviços Públicos de Transmissão de Energia, prestados mediante implantação, operação e manutenção de instalações de transmissão e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica. Esta atividade é regulamentada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), vinculada ao Ministério de Minas e Energia (MME).

A Companhia é controlada pela State Grid Brazil Holding S.A. (SGBH ou Grupo SGBH). A SGBH é Subsidiária da State Grid Corporate of China (SGCC), localizada em Pequim, na República Popular da China.

1.1 Da concessão

A Cobra Instalaciones y Servicios S.A. foi declarada vencedora do Leilão Público nº 005/2006, realizado na Bolsa de Valores do Rio de Janeiro para a aquisição da Concessão de Transmissão de Energia Elétrica referente ao lote B. O decreto de outorga da concessão, sem número, datado de 3 de abril de 2007 foi publicado no Diário Oficial de 4 de abril de 2007.

No dia 20 de abril de 2007, a Companhia assinou com a União, através da ANEEL, o Contrato de Concessão nº 002/2007-ANEEL, que regula a Concessão de Serviço Público de Transmissão, pelo prazo de 30 anos, distribuída em:

- (i) Instalações de transmissão em 500/440 KV, composta pela linha de transmissão 500 KV com origem na Subestação Jaguará e término na Subestação Estreito, ambas no Estado de Minas Gerais, com circuito simples e com extensão aproximada de 53 km, conforme descrito no contrato de concessão. Atualmente a extensão construída é de aproximadamente 46 km devido à característica do local em que a linha foi implantada; pela linha de transmissão 500 KV com origem na Subestação Estreito e término na Subestação Ribeirão Preto, ambas no Estado de São Paulo, com circuito simples e com extensão aproximada de 118 km; e pela linha de transmissão 500 KV com origem na Subestação Ribeirão Preto com autotransformadores com transformação 500/440 KV, no Estado de São Paulo e término na Subestação Poços de Caldas, no Estado de Minas Gerais, com circuito simples e com extensão aproximada de 137 km.
- (ii) Entradas de linhas 500 KV na Subestação Jaguará, 500 KV na Subestação Estreito pela interligação de barras, 500 KV na Subestação Ribeirão Preto por reatores de barra, autotransformadores com transformação 500/440 KV e interligação de barra e 500 KV na Subestação Poços de Caldas e respectivas instalações vinculadas e demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio.

1.2 Receita anual permitida (RAP)

A RAP foi determinada em aproximadamente R\$23.430.000 (vinte e três milhões, quatrocentos e trinta mil reais) (valor histórico) que será válida pelos primeiros 15 anos contados a partir do início da operação comercial e será corrigida anualmente pelo IPCA. A partir do décimo sexto ano de operação a RAP será de 50% da RAP do décimo quinto ano de operação comercial, perfazendo o total de 30 anos de concessão.

Em 13 de julho de 2021, a ANEEL, de acordo com a Resolução Homologatória nº 2.895/2021 estabeleceu a RAP em R\$ 47.207.188 (quarenta e sete milhões, duzentos e sete mil, cento e oitenta e oito reais) para o período de 1º de julho de 2021 a 30 de junho de 2022.

Em 21 de Junho de 2022, a ANEEL, através da resolução homologatória nº 3.050/2022, homologou o resultado das Revisões Tarifárias Periódicas da Receita Anual Permitida – RAP dos Contratos de Concessão de Transmissão de Energia, com um índice de reposicionamento nominal de 17%.

Em 12 de julho de 2022, a ANEEL, de acordo com a Resolução Homologatória nº 3.067/2022 estabeleceu a RAP em R\$ 55.222.492 (cinquenta e cinco milhões, duzentos e vinte e dois mil, quatrocentos e noventa e dois reais) para o período de 1º de julho de 2022 a 30 de junho de 2023.

Em 04 de julho de 2023, a ANEEL, de acordo com a Resolução Homologatória nº 3.216/2023 estabeleceu a RAP em R\$ 22.762.712 (vinte e dois milhões, setecentos e sessenta e dois mil, setecentos e doze reais) para o período de 1º de julho de 2023 a 30 de junho de 2024.

A receita faturada dos usuários do sistema elétrico (distribuidoras e grandes consumidores) e está garantida por um esquema de contas reservas e de garantias, cujos termos são estabelecidos ao firmar o Contrato de Usos do Sistema de Transmissão (CUST) entre o usuário e o Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS).

1.3 Revisão Tarifária Periódica

Em 21 de Junho de 2022, a ANEEL, através da resolução homologatória nº 3.050/2022, homologou o resultado das Revisões Tarifárias Periódicas da Receita Anual Permitida – RAP dos Contratos de Concessão de Transmissão de Energia, com um índice de reposicionamento nominal de 385,83%, devendo ser aplicados sobre as parcelas das novas instalações da Rede Básica – RBNI, das Demais Instalações de Transmissão autorizadas – RCDM, das Melhorias – RMEL. E o índice de reposicionamento nominal de 16,8%, relativos às receitas ofertadas no Leilão devendo ser aplicados sobre as parcelas das instalações da Rede Básica – RBL e, quando for o caso, sobre as Demais Instalações de Transmissão – RPEC.

A revisão tarifária periódica é feita a cada 5 anos.

2 Base de preparação e apresentação

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais incluem as disposições da Lei das Sociedades por Ações e normas e procedimentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC.

A Companhia também se utiliza das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e das normas definidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”), quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor e apresentam arredondamentos em algumas apresentações. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos apresentados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração em 01 de março de 2024.

2.2 *Uso de estimativas e julgamentos*

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com diversas bases de avaliação utilizadas em estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram baseadas no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a avaliação dos ativos contratuais da concessão pelo método de ajuste a valor presente, análise do risco de crédito para determinação da provisão para perda de crédito esperada, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências e impostos diferidos. A Companhia revisa suas estimativas pelo menos anualmente.

2.3 *Moeda funcional e moeda de apresentação*

A moeda funcional da Companhia é o Real, mesma moeda de preparação e apresentação das demonstrações financeiras.

2.4 *Classificação circulante versus não circulante*

Os ativos e passivos são apresentados no balanço patrimonial com base na classificação circulante e não circulante. Um ativo é classificado no circulante quando: se espera realizá-lo ou se pretende vendê-lo ou consumi-lo no ciclo operacional normal, for mantido principalmente para negociação, se espera realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação ou se for caixa ou equivalentes de caixa.

Um passivo é classificado no circulante quando se espera liquidá-lo no ciclo operacional normal, for mantido principalmente para negociação, se espera realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação ou não há direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por pelo menos 12 meses. Os demais ativos e passivos são classificados no não circulante.

3 Mudanças nas principais políticas contábeis

3.1 *Informação de políticas contábeis materiais*

A entidade adotou a Divulgação de Políticas Contábeis (alterações ao CPC 26/IAS 1 e IFRS Practice Statement 2) a partir de 1º de janeiro de 2023. Embora as alterações não tenham resultado em nenhuma mudança nas políticas contábeis em si, elas afetaram as informações das políticas contábeis divulgadas nas demonstrações financeiras. As alterações exigem a divulgação de políticas contábeis "materiais", em vez de "significativas". As alterações também fornecem orientação sobre a aplicação da materialidade à divulgação de políticas contábeis, ajudando as

entidades a fornecer informações úteis sobre políticas contábeis específicas da entidade que os usuários precisam para entender outras informações nas demonstrações financeiras. A administração revisou as políticas contábeis e atualizou as informações divulgadas na Nota 4 Políticas contábeis materiais (2022: Principais políticas contábeis) em determinados casos, de acordo com as alterações.

4 Políticas contábeis materiais

A entidade aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras.

Além disso, o Grupo adotou a Divulgação de Políticas Contábeis (alterações ao CPC 26/IAS 1 e ao IFRS Practice Statement 2) a partir de 1º de janeiro de 2023. As alterações exigem a divulgação de políticas contábeis "materiais", em vez de "significativas". Embora as alterações não tenham resultado em nenhuma mudança nas políticas contábeis em si, elas afetaram as informações sobre políticas contábeis divulgadas nesta nota em determinados casos (consulte a nota explicativa 3.1 para obter mais informações).

4.1 Caixa e equivalentes de caixa

Os caixas equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. São considerados equivalentes de caixa as aplicações financeiras de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento em três meses ou menos, a contar da data de contratação.

4.2 Concessionárias e permissionárias

Destinam-se à contabilização de créditos referentes ao suprimento de energia elétrica faturado ao revendedor, do ajuste do fator de potência e de créditos provenientes da aplicação do acréscimo moratório, e engloba os valores a receber referentes ao serviço de transmissão de energia, registrados pelo regime de competência. O faturamento dos valores a receber é registrado conforme determinações do ONS por meio dos avisos de créditos (AVCs) mensais e faturas avulsas.

Provisão para perda de crédito esperada (PCE) é avaliada pela Administração e constituída em montante considerado suficiente para cobrir possíveis perdas na realização dos recebíveis.

Conforme descrito na regra de Gestão de Recursos da Companhia o reconhecimento do contas a receber considerados incobráveis deve ser registrado em provisão para perda de crédito esperada (PCE). Para a constituição desta provisão deve ser feita uma análise criteriosa, considerando os seguintes parâmetros:

- Análise individual do saldo de cada cliente, de forma a obter um julgamento adequado dos créditos considerados difíceis de receber;
- Experiência da gestão quanto às perdas reais com clientes, ou seja, considerar o histórico de perdas, tomando como parâmetro pelo menos os últimos dois anos;
- Existência de garantia;

- Análise de contas em aberto e vencidas de clientes que renegociaram suas dívidas;
- Análise de devedores em falência.

Os parâmetros acima devem ser considerados para clientes com dívidas relevantes. Nos demais casos, a provisão para perda de crédito esperada deve incluir o valor total dos créditos para clientes com faturas vencidas há mais de 360 dias.

4.3 *Estoques*

Os estoques são compostos essencialmente por materiais de almoxarifado que são consumidos conforme a demanda de manutenção preventivas e corretivas ao longo do exercício e máquinas equipamentos para substituição do ativo de contrato que são avaliados ao custo ou valor líquido realizável, dos dois o menor.

O custo dos estoques é baseado no método de alocação de custo médio. As provisões para estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela Administração.

4.4 *Ativo de concessão*

Conforme previsto no contrato de concessão, o concessionário atua como prestador de serviço. O concessionário implementa, amplia, reforça ou melhora a infraestrutura (serviços de implementação de infraestrutura) usada para prestar um serviço público além de operar e manter essa infraestrutura durante o prazo de concessão.

O contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para realização dos serviços públicos, sendo os bens revertidos à concedente após o encerramento do respectivo contrato. O concessionário tem direito de operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do Poder Concedente, nas condições previstas no contrato de concessão.

O concessionário deve registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 47 – Receita de Contrato com Clientes. Caso o concessionário realize mais de um serviço regidos por um único contrato, a remuneração recebida ou a receber deve ser alocada a cada obrigação de performance com base nos valores relativos aos serviços prestados caso os valores sejam identificáveis separadamente.

O ativo de concessão registra valores a receber referentes a implementação da infraestrutura, a receita de remuneração dos ativos da concessão e serviços de operação e manutenção.

Ativo de contrato

O direito à contraprestação por bens e serviços condicionado ao cumprimento de obrigações de desempenho e não somente à passagem do tempo enquadram as transmissoras no CPC 47. Com isso, as contraprestações são classificadas como um “ativo contratual”.

O ativo contratual se origina na medida em que a concessionária satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto, porém o recebimento do fluxo de caixa está condicionado à satisfação da obrigação de desempenho de operação e manutenção. Mensalmente, à medida que a Companhia opera e mantém a infraestrutura, a parcela do ativo contratual equivalente à contraprestação daquele pela

satisfação da obrigação de desempenho de construir torna-se um ativo financeiro, pois nada além da passagem do tempo será requerida para que o referido montante seja recebido. Os benefícios deste ativo são os fluxos de caixa futuros.

O valor do ativo contratual das concessionárias de transmissão de energia é formado por meio do valor presente dos seus fluxos de caixa futuros. O fluxo de caixa futuro é estimado no início da concessão, ou na sua prorrogação, e as premissas de sua mensuração são revisadas na Revisão Tarifária Periódica (RTP).

A estimativa do valor do ativo contrato, da receita de construção da infraestrutura, da receita de operação e manutenção e da receita de remuneração envolve o uso de premissas tais como: taxa de inflação de longo prazo, margem de operação e manutenção (O&M), margem de construção, e a taxa de financiamento.

Os fluxos de caixa são definidos a partir da Receita Anual Permitida (RAP), que é a contraprestação que as concessionárias recebem pela prestação do serviço público de transmissão aos usuários. Estes recebimentos amortizam os investimentos nessa infraestrutura de transmissão e eventuais investimentos não amortizáveis (bens reversíveis) geram o direito de indenização do Poder Concedente ao final do contrato de concessão.

A implementação da infraestrutura, atividade executada durante a fase de obra, tem o direito a contraprestação vinculado a performance de finalização da obra e das obrigações de desempenho de operar e manter, e não somente a passagem do tempo, sendo o reconhecimento da receita e dos custos das obras relacionadas à formação desse ativo através dos gastos incorridos.

Assim, a contrapartida pelos serviços de implementação da infraestrutura efetuados nos ativos de concessão é registrada na rubrica “Implementação da Infraestrutura”, como um ativo contratual, por terem direito a contraprestação ainda condicionados a satisfação de outra obrigação de desempenho.

As receitas com implementação da infraestrutura e receita de remuneração dos ativos de concessão estão sujeitas ao diferimento do Programa de Integração Social (PIS) e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS), registrados na conta “impostos diferidos” no passivo não circulante.

4.5 Ativo imobilizado

Os itens que compõem o ativo imobilizado são relacionados à área administrativa e referentes a ativos não vinculados ao contrato de concessão (estes que tem seu resultado registrados na nota de outras receitas e despesas operacionais) e apresentados ao custo de aquisição ou de construção, líquido de depreciação acumulada e/ou perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, se for o caso. Quando partes significativas do ativo imobilizado são substituídas, a Companhia reconhece essas partes como ativo individual com vida útil e depreciação específica. Todos os demais custos de reparos e manutenção são reconhecidos no resultado, quando incorridos. O valor residual e a vida útil estimada dos bens são revisados e ajustados, se necessário, na data de encerramento do exercício.

A depreciação é calculada de forma linear ao longo da vida útil do ativo, a taxas que levam em consideração a vida útil estimada dos bens.

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no período em que o ativo for baixado. O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

4.6 Ativo intangível

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. O custo de ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios corresponde ao valor justo na data da aquisição. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável.

4.7 Provisão para redução ao valor recuperável (impairment)

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos não financeiros e financeiros com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas ou operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para perda ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável e as respectivas provisões são apresentadas nas notas explicativas.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos, que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa.

4.8 Impostos

Impostos incidente sobre a Receita da Transmissão de Energia Elétrica

As receitas estão sujeitas ao Programa de Integração Social (PIS) com alíquota de 0,65% e Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) com alíquota de 3%.

Esses impostos são apresentados na Demonstração de Resultado (DRE) como redutor da Receita Bruta da Atividade.

Imposto sobre a Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) – Impostos Correntes

A tributação do imposto de renda e contribuição social é feita tendo como base o lucro presumido da receita.

Dessa forma, a base de cálculo do imposto de renda e contribuição social é determinada mediante a aplicação da alíquota de presunção sobre a Receita Bruta, sendo 8% para IRPJ e 12% para CSLL, acrescida das demais receitas. Após a formação da base de cálculo, é aplicada a alíquota do IRPJ de 15%, e para a parcela da base que exceder R\$ 60.000 (sessenta mil reais) no trimestre terá a aplicação de 10% de adicional. Para contribuição social a alíquota aplicada sobre a base de cálculo é de 9%.

Impostos diferidos

Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias.

4.9 Provisões para contingências

A Companhia reconhece provisão para causas tributárias, cíveis e trabalhistas que se originam de obrigações presentes resultantes de eventos passados que irão gerar desembolso de caixa futuro. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

4.10 Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários não circulantes são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente.

O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita dos respectivos ativos e passivos. Com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da Administração, concluiu-se que o ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é irrelevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto e, dessa forma, nenhum ajuste foi realizado.

4.11 Ativos e passivos

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses, itens com liquidação superior são demonstrados como não circulantes.

4.12 Apuração do resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência.

4.13 Receita operacional

As receitas da Companhia são classificadas nos seguintes grupos:

- (a) **Remuneração do ativo contratual de concessão** - Juros reconhecidos pelo método linear com base na taxa que melhor representa a remuneração dos investimentos da infraestrutura de transmissão, por considerar os riscos e prêmios específicos do negócio. A taxa busca precificar o

componente financeiro do ativo contratual, determinada na data de início de cada contrato de concessão. A taxa de retorno incide sobre o montante a receber do fluxo futuro de recebimento de caixa.

- (b) **Receita de operação e manutenção** - Serviços de operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica, que tem início após o término da fase de construção e que visa a não interrupção da disponibilidade dessas instalações.

4.14 *Instrumentos financeiros*

(a) **Ativos financeiros**

Classificação e mensuração – Conforme CPC 48 os instrumentos financeiros são classificados em três categorias: mensurados ao custo amortizado; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (“VJORA”) e ao valor justo por meio do resultado (“VJR”). A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais e do modelo de negócio para a gestão destes ativos financeiros. Os instrumentos financeiros são apresentados da seguinte forma:

- **Ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado** - Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado compreendem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros a ser obrigatoriamente mensurados ao valor justo. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos do principal e juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado. As variações líquidas do valor justo são reconhecidas no resultado.
 - **Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (“VJORA”) -** Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.
 - **Custo amortizado** - Um ativo financeiro é classificado e mensurado pelo custo amortizado, quando tem finalidade de recebimento de fluxos de caixa contratuais e gerar fluxos de caixa que sejam “exclusivamente pagamentos de principal e de juros” sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada em nível de instrumento. Os ativos mensurados pelo valor de custo amortizado utilizam método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução de valor recuperável. A receita de juros é reconhecida através da aplicação de taxa de juros efetiva, exceto para créditos de curto prazo quando o reconhecimento de juros seria imaterial.
- (i) **Redução ao valor recuperável de ativos financeiros (impairment)** - O CPC 48 utiliza o modelo prospectivo de “perdas de crédito esperadas”. O modelo de perdas esperadas se aplica aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, com exceção de investimentos em instrumentos patrimoniais. A Companhia não identificou perdas (“impairment”) relevantes a serem reconhecidas nos exercícios apresentados.
- (ii) **Baixa de ativos financeiros** - A baixa (desreconhecimento) de um ativo financeiro ocorre quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando são transferidos a um terceiro os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em

uma transação na qual, substancialmente, todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Companhia em tais ativos financeiros transferidos é reconhecida como um ativo ou passivo separado.

(b) Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados como ao valor justo por meio do resultado quando são mantidos para negociação ou designados ao valor justo por meio do resultado. Os outros passivos financeiros (incluindo empréstimos) são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos.

4.15 Fluxo de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa.

4.16 Transações com partes relacionadas

As transações de contas a pagar e a receber com partes relacionadas, como prestação de serviços, são realizadas em condições e prazos firmados entre as partes e registradas de acordo com os termos contratados. Certas transações por possuírem características e condições únicas e/ou específicas, portanto, não comparáveis, foram estabelecidas em condições justas entre as partes, de forma a remunerar adequadamente seus respectivos investimentos e custos operacionais

5 Novas normas e interpretações ainda não efetivas

Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2023. A Companhia não adotou essas normas na preparação destas demonstrações financeiras.

Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia.

(a) Classificação dos passivos como circulante ou não circulante e passivos não circulantes com Covenants (alterações ao CPC 26/IAS 1)

As alterações, emitidas em 2020 e 2022, visam esclarecer os requisitos para determinar se um passivo é circulante ou não circulante e exigem novas divulgações para passivos não circulantes que estão sujeitos a covenants futuros. As alterações se aplicam aos exercícios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2024.

(b) Acordos de financiamento de fornecedores ("Risco Sacado") (alterações ao CPC 26/IAS 1 e CPC 40/IFRS 7)

As alterações introduzem novas divulgações relacionadas a acordos de financiamento com fornecedores ("Risco Sacado") que ajudam os usuários das demonstrações financeiras a avaliar os efeitos desses acordos sobre os passivos e fluxos de caixa de uma entidade e sobre a exposição da entidade ao risco de liquidez. As alterações se aplicam a períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2024.

(c) Outras normas Contábeis:

- Passivo de arrendamento em uma venda e leaseback (alterações ao CPC 06/IFRS 16).

- Ausência de conversibilidade (alterações ao CPC 02/IAS 21).

6 Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2023	31/12/2022
Bancos	245.608	389.374
Aplicações financeiras (i)	<u>34.442.133</u>	<u>58.836.601</u>
	<u>34.687.741</u>	<u>59.225.975</u>

- (i) A Companhia estruturou as suas aplicações financeiras por meio da participação em CDBs que podem ter suas cotas resgatadas a qualquer tempo, com possibilidade de pronta conversão sem qualquer deságio para a Companhia em um montante conhecido de caixa, e oferecem uma remuneração média em 2023 atrelada à taxa de 103,44% e em 2022 atrelada à taxa de 102,34% do CDI. A variação negativa no caixa da Companhia refere-se principalmente a redução de capital aprovada pela ANEEL e realizada no mês de setembro no valor de R\$ 59.600.000 (cinquenta e nove milhões, seiscentos mil reais).

7 Concessionárias e permissionárias

	31/12/2023	31/12/2022
A vencer (i)	18.951.246	4.999.869
Vencidas até 30 dias	17.145	255.558
Vencidas até 60 dias	899	240.583
Vencidas até 90 dias	265.231	242.758
Vencidas há mais de 90 dias (i)	<u>1.112.902</u>	<u>1.693.006</u>
	20.347.423	7.431.774
	(299.162)	(304.259)
Provisão para perda de crédito esperada (PCE)	<u>20.048.262</u>	<u>7.127.515</u>

- (i) Variação refere-se principalmente à provisão em 2022 das faturas de Conta de Desenvolvimento Energético - CDE.

Em função do giro das contas a receber em curtíssimo prazo, a Administração não constitui ajuste a valor presente para o referido saldo. A Companhia constitui a provisão para perda de crédito esperada através de uma análise, sendo considerado o histórico de inadimplência, negociações em andamento e existência de garantias reais. A PCE é suficiente para cobrir eventuais perdas na realização desses ativos. Segue abaixo movimentação:

	31/12/2023	31/12/2022
Saldo inicial	(304.259)	(23.653)
Reversão	11.967	9.608
Complemento de provisão (i)	<u>(6.870)</u>	<u>(290.214)</u>
Saldo final	<u>(299.162)</u>	<u>(304.259)</u>

- (i) A movimentação refere-se principalmente ao AVC complementar do grupo Quinturaré, que foi provisionado em 2022 e ainda não foi recebido.

8 Almoxarifado

	31/12/2023	31/12/2022
--	-------------------	-------------------

Almoxarifado de manutenção e operação (i)	1.723.203	1.910.149
	1.723.203	1.910.149

- (i) Nesse grupo são classificadas as peças de almoxarifado consumidas conforme a demanda de manutenção preventivas e corretivas ao longo do exercício.

9 Ativos de contrato

	31/12/2023	31/12/2022
Circulante	22.314.220	35.006.439
Não circulante	142.807.856	157.199.545
	165.122.076	192.205.984

A movimentação dos saldos referentes aos ativos contratuais da Companhia em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022 está assim apresentada:

Saldo em 31 de dezembro de 2022	192.205.983
Receita de O&M (i)	19.562.055
Receita de remuneração (ii)	7.933.186
Recebimentos (iii)	(54.580.060)
	912
Saldo em 31 de dezembro de 2023	165.122.076
Circulante	22.314.220
Não circulante	142.807.856
Saldo em 31 de dezembro de 2021	212.839.133
Receita de O&M (i)	18.010.488
Receita de remuneração (ii)	8.973.076
Recebimentos (iii)	(47.616.713)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	192.205.984
Circulante	35.006.439
Não circulante	157.199.545

- (i) Variação refere-se a receita de O&M atualizada pela inflação adotada no modelo de adoção.
- (ii) Variação está diretamente relacionada à variação do saldo de ativo de contrato.
- (iii) Saldos se referem a recebimentos dos serviços prestados de transmissão conforme RAP aprovada e atualizada a cada ciclo pelo regulador.

O Contrato de Concessão de Serviços Públicos de Transmissão de Energia Elétrica, celebrado entre a União (Poder Concedente - Outorgante) e a Companhia (Operadora), regulamenta a exploração dos serviços públicos de transmissão de energia elétrica pelas Companhias, em que:

- O contrato estabelece quais os serviços que o operador deve prestar.
- O contrato estabelece padrões de desempenho para prestação de serviço público, com relação à manutenção e disponibilidade da rede.
- Ao final da concessão, os ativos vinculados à infraestrutura devem ser revertidos ao Poder Concedente mediante pagamento de uma indenização.

- O preço é regulado através de mecanismo de tarifa estabelecido nos contratos pela RAP, parcela garantida pelo Poder Concedente para remunerar o operador.

A infraestrutura construída da atividade de transmissão é recuperada através de dois fluxos de caixa, a saber: (a) parte através de valores a receber garantidos pelo poder concedente relativa à remuneração anual permitida (RAP) durante o prazo da concessão. Os valores da RAP garantida são determinados pelo Operador Nacional do Setor Elétrico (ONS), conforme contrato, e recebidos dos participantes do setor elétrico por ela designados pelo uso da rede de transmissão disponibilizada; e (b) parte como indenização dos bens reversíveis no final do prazo da concessão, esta a ser recebida diretamente do Poder Concedente ou para quem ele delegar essa tarefa. Essa indenização será efetuada com base nas parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis, com recebimento previsto para um período de 30 anos cujos critérios de pagamento ainda serão definidos pelo Poder Concedente.

10 Outros ativos não circulantes

	31/12/2023	31/12/2022
Depósitos judiciais trabalhistas	33.564	29.947
Reembolsos (i)	<u>626.828</u>	<u>848.018</u>
	<u>660.392</u>	<u>877.965</u>

- (i) Variação refere-se principalmente ao recebimento de processos judiciais das companhias Gemini e Isolux, conforme acordo entre as partes.

11 Imobilizado

As variações do imobilizado, estão demonstrados conforme segue:

	31/12/2022	Adições	Baixas/ Transferências	Depreciação	31/12/2023
Prédios e instalações	210.448	-	(210.448)	-	-
Máquinas e equipamentos	1.538.898	22.583	-	-	1.561.481
Outros	-	-	-	-	-
Custo	<u>1.749.346</u>	<u>22.583</u>	<u>(210.448)</u>	<u>-</u>	<u>1.561.481</u>
(-) Prédios e instalações	(526)	-	526	-	-
(-) Máq. equipamentos	<u>(961.963)</u>	-	-	<u>(159.841)</u>	<u>(1.121.804)</u>
(-) Depreciação	<u>(962.489)</u>	-	526	<u>(159.841)</u>	<u>(1.121.804)</u>
	<u>786.857</u>	<u>22.583</u>	<u>(209.922)</u>	<u>(159.841)</u>	<u>439.677</u>

	31/12/2021	Adições	Baixas	Depreciação	31/12/2022
Prédios e instalações	-	210.448	-	-	210.448
Máquinas e equipamentos	1.416.126	122.772	-	-	1.538.898
Outros	5.372	-	(5.372)	-	-
Custo	<u>1.421.498</u>	<u>333.220</u>	<u>(5.372)</u>	<u>-</u>	<u>1.749.346</u>
(-) Prédios e instalações	-	-	-	(526)	(526)

(-) Máq. equipamentos	(819.097)	-	-	(142.866)	(961.963)
(-) Depreciação	(819.097)	-	-	(143.392)	(962.489)
	602.401	333.220	(5.372)	(143.392)	786.857

12 Fornecedores

	31/12/2023	31/12/2022
Fornecedores relacionados à construção	335.285	83.381
Gastos ambientais e fundiários	16.008	23.929
Prestadores de serviços	50.675	59.894
Fornecedores de imobilizado - operação (i)	-	660.682
Outros	16.041	194.748
	418.009	1.022.634

- (i) Variação refere-se principalmente a fornecimento de Registradores Digitais de Perturbação, para subestação de Ribeirão Preto e retificadores de telecomunicação e banco de baterias, que foi liquidado ao longo de 2023.

13 Taxas regulamentares

	31/12/2023	31/12/2022
Reserva global de reversão (RGR) (i)	251.448	58.465
CDE a pagar (ii)	6.852	-
Taxa de fiscalização (TFSEE) (iii)	23.138	305.878
Pesquisa e desenvolvimento (P&D) (iv)	566.981	1.067.737
	848.419	1.432.080

(i) RGR

Taxa criada pelo Decreto 41.019 de 26 de fevereiro de 1957 que tem a finalidade de prover recursos para melhoria do serviço público de energia elétrica, financiamento de fontes alternativas de energia elétrica, estudos de inventário e viabilidade de aproveitamentos de potenciais hidráulicos e para desenvolvimento e implantação de programas e projetos destinados ao combate ao desperdício e uso eficiente da energia elétrica. Conforme art. 20 da Lei 12.431 a vigência desta taxa ocorrerá até 2035.

Em 04 de agosto de 2023, através do Despacho nº 2.737 da ANEEL, estabeleceu-se um valor fixo mensal para a RGR relativas às competências de julho de 2023 a junho de 2024 de R\$ 148.976 (cento e quarenta e oito mil, novecentos e setenta e seis reais).

(ii) CDE

Conforme disposto na Resolução ANEEL 929/2021, as transmissoras de energia elétrica devem destinar 0,12% da ROL à Conta de Desenvolvimento Energético – CDE até 31/12/2025. A CDE é um fundo do setor elétrico que tem como objetivo o desenvolvimento energético do país. A partir de 01/01/2026 este percentual será revertido para a execução de projetos de P&DI.

(iii) TFSEE

Instituída pela Lei 9.427, de 1996, e regulamentado pelo Decreto 2.410, de 1997 pela ANEEL com a finalidade de constituir sua receita, para a cobertura do custeio de suas atividades. O percentual da taxa foi atualizado pela Lei 12.783 de 2013, onde foi fixada alíquota de 0,4%, que incide sobre o saldo da receita operacional líquida regulatória.

Em 20 de julho de 2023, através do Despacho nº 2.469 da ANEEL, estabeleceu-se um valor anual para a TFSEE relativas às competências de julho de 2023 a junho de 2024 de R\$ 82.227 (oitenta e dois mil, duzentos e vinte e dois reais).

(iv) P&D

Conforme a Resolução Aneel 929 de 2021, as concessionárias e permissionárias de serviço público devem destinar, anualmente, 1% de sua receita operacional líquida regulatória para destinação à projetos de pesquisa e desenvolvimento da ANELL, sendo 0,28% para projetos de pesquisa e desenvolvimento. Os saldos não aplicados são atualizados mensalmente pela taxa Selic, a partir do 2º mês subsequente ao seu reconhecimento até o momento de sua efetiva realização.

Variação é referente essencialmente a encerramento de projetos de gestão tendo impacto de R\$ 412.049 (quatrocentos e doze mil e quarenta e nove reais).

14 Obrigações Sociais e trabalhistas.

	31/12/2023	31/12/2022
Provisão de Férias	711.665	707.759
Provisão de Bônus (i)	963.876	940.434
Tributos retidos	130.192	113.129
Outros	723	3.680
	<u>1.806.457</u>	<u>1.765.002</u>

- (i) O Programa de Bônus é uma ferramenta de gestão e um plano motivacional que dá aos funcionários a oportunidade de receber o reconhecimento da empresa por suas conquistas. O bônus de um funcionário é medido com base nos resultados do KPI (Key Performance Indicators Program) e do PAP (Performance Assessment Program).

15 Provisão para contingências

Contingências prováveis (provisionadas)

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos decorrentes do curso normal de suas operações, envolvendo questões tributárias, cíveis, trabalhistas e outros assuntos.

A Companhia, constitui provisões para riscos envolvendo questões de servidão, em montantes considerados suficientes para cobrir as perdas estimadas com as ações em curso para processos legais quando é provável de acontecer um desembolso de caixa futuro por conta de uma obrigação presente proveniente de um evento passado.

Essas provisões são apresentadas de acordo com a natureza das correspondentes causas, conforme segue:

	31/12/2023	31/12/2022
Servidões (i)	416.045	637.236
	<u>416.045</u>	<u>637.236</u>

Nesse sentido, a movimentação do Saldo de Provisões prováveis da Companhia está apresentada a seguir:

	Servidões	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2022	637.236	637.236
Adições e reversões, líquidas	(281.390)	(281.390)
Atualização monetária	60.199	60.199
Saldo em 31 de dezembro de 2023	416.045	416.045
	Servidões	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2021	97.088	97.088
Adições e reversões, líquidas	540.148	540.148

Saldo em 31 de dezembro de 2022 **637.236** **637.236**

- (i) **Servidão:** A variação decorre da decisão favorável a companhia proferida em março de 2023 no processo 1552185-24.2008.8.13.0518, no valor de R\$ 407.823 (quatrocentos e sete reais mil, oitocentos e vinte e três reais) onde o magistrado decidiu pela homologação dos cálculos apresentados pela contadoria judicial reduzindo consideravelmente o risco envolvido.

Contingências possíveis (não provisionadas)

As causas classificadas com expectativa de perda considerada possível estão relacionadas a riscos trabalhistas, ambientais, fiscais e cível, conforme segue:

	31/12/2023	31/12/2022
Trabalhista (i)	-	221.020
Ambiental (ii)	5.113.687	4.911.625
Fiscal (iii)	25.622.970	22.147.339
Fundiário (iv)	692.450	466.911
	31.429.107	27.746.895

- (i) **Trabalhistas:** Referem-se à reclamação trabalhista movida em desfavor da Companhia, que tramita junto ao Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região, Estado de São Paulo, Processo 0010404-27.2021.5.15.0004, no valor de R\$ 234.617 (duzentos e trinta e quatro mil, seiscentos e dezessete reais) e na qual se discute verbas contratuais legais, parcelas indenizatórias e outras. A variação é referente a mudança de classificação de possível para remoto, uma vez que o caso foi julgado favorável à Companhia.
- (ii) **Ambientais:** Aumento do risco possível se deve a alteração de exposição de três casos. São os Processos 02001.001571/2017-33, no valor de R\$ 2.404.364 (dois milhões, quatrocentos e quatro mil, trezentos e sessenta e quatro reais), 02027.000945/2011-10, no valor de R\$ 1.025.547 (um milhão, vinte e cinco mil, quinhentos e quarenta e sete reais) e 02001.001572/2017-88, no valor de R\$ 1.683.776 (um milhão, seiscentos e oitenta e três mil, setecentos e setenta e seis reais), que tramitam pelo IBAMA, nos quais se discute suposto descumprimento de condicionantes e nos quais se aguarda decisão final administrativa de mérito.
- (iii) **Fiscais:** A alteração do risco possível se deve a atualização monetária dos processos administrativos 15586.720028/2020-52, no valor de R\$ 14.205.598 (quatorze milhões, duzentos e cinco mil, quinhentos e noventa e oito reais) e 15586.720.029/2020-05, no valor de R\$ 10.972.750 (dez milhões, novecentos e setenta e dois mil, setecentos e cinquenta reais), nos quais se discute a desconstituição de autos de infração lavrados para prevenir decadência do direito do Fisco de constituir créditos tributários envolvendo IRPJ e CSLL. Os dois casos tramitam na Receita Federal, no Estado do Espírito Santo, e aguardando decisão final de mérito.
- (iv) **Fundiários:** A variação decorreu de atualização monetária no Processo 0000137-88.2008.8.26.0070, no valor de R\$ 225.539 (duzentos e vinte e cinco mil, quinhentos e trinta e nove reais), que tramita perante o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, na comarca de Batatais, no qual se discute a constituição de servidão de passagem para linha de transmissão. Aguarda-se decisão final de mérito.

16 Impostos diferidos

Os tributos diferidos passivos foram constituídos sobre o saldo do ativo contratual da Companhia

	31/12/2023	31/12/2022
IR e CSLL diferidos (i)	5.085.732	5.919.945
Ir Diferido	3.302.423	3.844.120
Csll Diferida	1.783.309	2.075.825
Pis e Cofins diferidos (i)	6.026.922	7.015.518

Pis Diferido	1.073.288	1.249.339
Cofins Diferido	4.953.634	5.766.179
	11.112.654	12.935.463

- (i) Variação é decorrente da redução do ativo contratual conforme nota explicativa 9.

17 Patrimônio líquido

a. Capital social

Em 31 de dezembro de 2022 o capital social subscrito e integralizado da Companhia era de R\$ 446.678.009 (quatrocentos e quarenta e seis milhões, seiscentos e setenta e oito mil e nove reais), dividido em 446.678.009 (quatrocentos e quarenta e seis milhões, seiscentos e setenta e oito mil e nove) ações ordinárias nominativas subscritas e integralizadas, no valor nominal de R\$1 cada.

Tendo em vista o excesso de capital e os prejuízos acumulados apurados nas demonstrações financeiras com data base em 31 de dezembro de 2022, os Acionistas decidiram reduzir R\$ 257.000.000 (duzentos e cinquenta e sete milhões de reais), pelo cancelamento de 257.000.000 (duzentos e cinquenta e sete milhões) de ações ordinárias nominativas, em conformidade com o artigo 173 da lei nº 6.404/76. Desse montante, R\$ 197.379.968 (cento e noventa e sete milhões, trezentos e setenta e nove mil, novecentos e noventa e oito reais) foi absorvido ao prejuízo acumulado e R\$ 59.620.032 (cinquenta e nove milhões, seiscentos e vinte mil e trinta e dois reais) foi reduzido ao capital constituído.

Dessa forma, o capital social da Companhia em 31 de dezembro de 2023 passou a ser R\$ 189.678.009 (cento e oitenta e nove milhões, seiscentos e setenta e oito mil e nove reais), representado por 189.678.009 (cento e oitenta e nove milhões, seiscentos e setenta e oito mil e nove) ações ordinárias nominativas sem valor nominal com preço de emissão de R\$ 1,00 (um real) cada.

A composição acionária está demonstrada a seguir:

	2023 e 2022
State Grid Brazil Holding S.A.	99,99%
International Grid Holdings Limited	0,01%
	100%

b. Reserva legal

A reserva legal é constituída com base em 5% do lucro líquido do exercício, antes de qualquer destinação, observando-se os limites previstos pela Lei das Sociedades por Ações nº 6.404/76.

c. Reserva de retenção de lucros

Em 31 de dezembro de 2023 a Companhia destinou para a conta de reserva de retenção de lucros, os lucros excedentes não distribuídos após o cálculo da reserva legal e distribuição de dividendos mínimos obrigatórios, ficando disponível o montante de R\$ 15.271.631 (quinze milhões, duzentos e setenta e um mil, seiscentos e trinta e um reais) para pagamentos futuros, conforme determinação das Acionistas, de acordo com a proposta de orçamento de capital aprovada.

d. Dividendos

Aos acionistas é garantido estatutariamente um dividendo mínimo obrigatório de 1% do lucro líquido após a destinação para reserva legal, calculado nos termos do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações nº 6.404/76. Os dividendos mínimos obrigatórios foram calculados conforme segue:

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Lucro líquido do exercício	16.237.779	16.128.297
Absorção de prejuízo	-	(16.128.297)
Base para reserva legal	16.237.779	-
Reserva legal (5%)	(811.889)	-
Base de cálculo para os dividendos	15.425.890	-
Dividendo mínimo obrigatório	154.259	-

18 Receita operacional líquida

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Receita operacional bruta	31.077.087	32.236.837
Receita de operação e manutenção (i)	19.562.055	18.010.488
Remuneração do ativo de contrato (ii)	7.933.186	8.973.076
Outras receitas (iii)	3.581.846	5.253.273
Deduções da receita operacional	(3.333.378)	(3.129.795)
Pis e Cofins correntes	(2.120.415)	(1.932.250)
Pis e Cofins diferidos	988.596	753.110
RGR	(1.519.251)	(1.269.952)
P&D	(538.058)	(489.871)
TFSEE	(144.249)	(190.832)
	27.743.709	29.107.042

- (i) Variação refere-se a receita de O&M atualizada pela inflação adotada no modelo de adoção.
- (ii) Variação devido a redução do saldo de ativo contratual que consequentemente reduz a receita de remuneração.
- (iii) Variação refere-se ao fato de que as outras receitas são calculadas como um diferencial da RAP no modelo da adoção para a RAP homologada pela ANEEL.

19 Custo da operação

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Pessoal	(6.557.748)	(6.348.804)
Material	(1.270.569)	(865.920)
Serviços de terceiros	(1.292.051)	(1.509.789)
Arrendamentos e aluguéis	(114.376)	(156.907)
Seguros	(171.019)	(141.079)
Tributos	(10.496)	(2.190)
Custo de operação e manutenção (i)	(2.239.198)	(1.414.620)
Comunicação e telecomunicação	(60.376)	(60.376)
Outros	(742.201)	(588.848)
	(12.458.034)	(11.088.533)

- (i) Variação refere-se substancialmente ao novo projeto de melhoria - ROTA DE TELECOM REDUDANTE PCTE.

20 Despesas gerais e administrativas

	31/12/2023	31/12/2022
Pessoal (i)	(1.836.438)	(2.816.972)
Material	(49.968)	(77.411)
Serviços de terceiros	(347.197)	(487.495)
Arrendamentos e aluguéis	(144.013)	(129.737)
Provisão/Reversão (ii)	5.097	(280.606)
(-) Recuperação de despesas	388.068	78.444
Tributos	(24.779)	(32.663)
Depreciação e amortização	(31.164)	(14.471)
Outras	(226.627)	(269.666)
	(2.267.021)	(4.030.577)

- (i) A variação ocorreu devido as companhias XRTE e STE entraram no cálculo da Res. 699 em julho/2022, conforme explicação na nota de partes relacionadas.
- (ii) A movimentação refere-se principalmente ao AVC complementar do grupo Quinturará, que foi provisionado em 2022 e ainda não foi recebido.

21 Resultado financeiro

	31/12/2023	31/12/2022
Receita financeira	8.454.803	6.071.007
Receitas de aplicações financeiras (i)	8.442.898	4.851.100
Outras receitas financeiras	11.905	1.219.907
Despesa financeira	(105.527)	(241.139)
Outras despesas financeiras	(105.527)	(241.139)
	8.349.276	5.829.868

- (i) Variação refere-se a rendimentos sobre aplicação financeira em função do aumento de valores aplicados no exercício de 2023 referente a sobra de caixa conforme mencionado na nota explicativa 6.

22 Conciliação do imposto de renda e contribuição social (Lucro presumido)

	31/12/2023	31/12/2022
Receitas brutas (i)	58.093.569	52.938.322
Base de cálculo (8%)	4.647.486	4.235.066
Outras receitas	9.358.119	5.544.049
Base de cálculo	14.005.605	9.779.115
IR devido	(3.477.402)	(2.420.779)
Ajuste de provisão IR referente a anos anteriores	(10.337)	6.199
(+) IR diferido / Outros	541.696	412.663
Total de IRPJ	(2.946.043)	(2.001.917)

	31/12/2023	31/12/2022
Receitas brutas (i)	58.093.569	52.938.322
Base de cálculo (12%)	6.971.228	6.352.599
Outras receitas	9.358.119	5.544.049
Base de cálculo	16.329.347	11.896.648
CSLL devida	(1.469.641)	(1.070.698)
Ajuste de provisão CSLL referente a anos anteriores	(3.721)	1.938
(+) CSLL diferido / Outros	292.516	222.838
Total de CSLL	(1.180.846)	(845.922)
Total IRPJ/CSLL corrente	(4.961.101)	(3.483.340)
Total IRPJ/CSLL diferido	834.212	635.501
Total de IRPJ/CSLL	(4.126.889)	(2.847.839)

- (i) A Companhia tributa as receitas efetivamente auferidas (Aviso de Crédito - AVC) e a natureza das receitas auferidas pelas Transmissoras decorre exclusivamente da prestação dos serviços de transmissão de energia, sendo este serviço remunerado por meio da RAP.

23 Partes relacionadas

Os principais saldos com partes relacionadas apresentados em 31 de dezembro de 2023 e 2022 na Companhia decorrem de transações junto a Controladora e Companhias do Grupo, os quais:

23.1 Ativo

	31/12/2023	31/12/2022
Contas a receber - partes relacionadas	746.496	6.619.463
Rateio Res. 699/16 - ANEEL (i)	745.128	807.797
Outros (ii)	1.368	5.811.666
Intercompany BMTE - Aluguel	1.368	1.318
Intercompany ETEE - Despesas de pessoal	-	25.986
Intercompany SGBH - Reembolso Gemini (ii)	-	5.784.362

23.2 Passivo

	31/12/2023	31/12/2022
Fornecedores - partes relacionadas	1.116.174	803.806
Rateio Res. 699/16 - ANEEL (i)	1.116.174	803.806

23.3 Resultado

	31/12/2023	31/12/2022
Resultado - partes relacionadas	(718.207)	(1.923.083)
Rateio Res. 699/16 - ANEEL (i)	(590.642)	(1.797.822)
Aluguel (iii)	(127.565)	(117.724)
Serviços de engenharia SGSE (iv)	-	(7.537)

- (i) Em setembro de 2017 visando como objetivo principal a racionalização e simplificação da estrutura administrativa das Transmissoras e do Grupo e o cumprimento do regulamento da ANEEL – Resolução Normativa nº 699 de 26 de janeiro de 2016, o Grupo celebrou contrato de compartilhamento de recursos humanos e infraestrutura entre a SGBH e suas controladas. As despesas dos recursos humanos compartilhados, bem como a infraestrutura associada são alocadas proporcionalmente entre as Companhias compartilhantes de acordo com o critério regulatório de rateio firmado em contrato, por meio de notas de débito emitidas trimestralmente entre as Companhias envolvidas. Em abril de 2022, através do despacho Nº 1.075 a ANEEL autorizou a inclusão das empresas XRTE e STE no contrato de Compartilhamento de Infraestrutura Administrativa e de Recursos Humanos. Em julho de 2022, o Grupo assinou o contrato de compartilhamento de recursos humanos e infraestrutura entre a SGBH e suas controladas, o que explica a variação no exercício de 2022.

- (ii) Por meio do contrato de compra e venda da Companhia, os vendedores se comprometeram a assumir todos os custos de defesa e condenação relativos às quaisquer demandas administrativas e/ou judiciais relacionadas à Companhia, conforme termos e condições previstos no Contrato. Diante disso, a Companhia efetuou o registro de direito a reembolso para as despesas jurídicas pagas, com aviso de débito à vendedora, visto que estas estão suportadas pelo Contrato. Porém, a vendedora não realizou o reembolso destas despesas realizadas pela companhia ao longo dos anos. Em 2022, foi realizado um acordo, entre a vendedora e a controladora SGBH, que recebeu todas as despesas pagas, em nome de suas controladas. A SGBH então, está ressarcindo controladas de acordo com os avisos de débito emitidas na época.
- (iii) Saldos referem-se a despesas de aluguel junto a SGBH. A SGBH detém o direito sobre o prédio o qual opera e faz o rateio do aluguel para as subsidiárias, situadas no mesmo prédio
- (iv) A State Grid Serviços de Engenharia S.A. (“SGSE”) é uma Companhia do Grupo SGBH criada para prestação de serviços técnicos profissionais de engenharia do proprietário, fiscalização e comissionamento para projetos, estudos relacionados a acesso de terceiros em subestações de energia, assim como serviços de consultoria e gerenciamento de projeto especializado em P&D. Em dezembro de 2021 a Companhia assinou contrato com a SGSE para a prestação de serviços especializados de consultoria e gerenciamento de P&D para os exercícios de 2023 e 2022.

23.4 Remuneração da Administração (pessoal – chave)

As remunerações de empregados das funções executivas da Companhia reconhecidos no resultado do exercício, estão apresentadas como segue:

	31/12/2023	31/12/2022
Remuneração fixa e variável (*)		
Salário	242.474	303.287
Benefícios diretos e indiretos	40.898	53.265
Encargos	118.942	180.816
Provisões (13 salário, férias e bônus)	152.831	245.131
Valor total da remuneração	555.145	782.499

- (*) Pró-labore, encargos, benefícios diretos e indiretos (plano de saúde, plano odontológico, seguro de vida e ticket refeição/alimentação) e Bônus.

24 Instrumentos financeiros

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros e a administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos, visando segurança, rentabilidade e liquidez. A política de controle da Companhia é previamente aprovada pela Diretoria.

O valor justo dos instrumentos financeiros relacionados no item 24.1 não difere dos saldos contábeis, pois têm correção monetária consistente com taxas de mercado e/ou estão ajustados pela provisão para redução ao valor recuperável, assim, não apresentamos quadro comparativo entre os valores contábeis e justo dos instrumentos financeiros.

Os diferentes níveis foram definidos conforme: (a) Nível 1 - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos; (b) Nível 2 - “inputs”, exceto preços cotados, incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, direta (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e (c) Nível 3 - premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (“inputs” não observáveis).

Todos os instrumentos financeiros da Companhia estão classificados hierarquicamente no nível 2. Não houve mudança de nível para esses instrumentos financeiros no exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

Os instrumentos financeiros constantes do balanço patrimonial apresentam-se pelo valor contratual, que é próximo ao valor de mercado. Para determinação do valor de mercado foram utilizadas as informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas para cada situação.

24.1 *Classificação dos instrumentos financeiros por categoria*

Ativos mensurados pelo valor justo	Nota	31/12/2023	31/12/2022
Caixa e equivalentes de caixa	6	34.687.741	59.225.975
Ativos mensurados pelo custo amortizado	Nota	31/12/2023	31/12/2022
Contas a receber - partes relacionadas	23	746.496	6.619.463
Concessionárias e permissionárias	7	20.048.262	7.127.515
Passivos mensurados pelo custo amortizado	Nota	31/12/2023	31/12/2022
Fornecedores – terceiros	12	418.009	1.022.634
Fornecedores - partes relacionadas	23	1.116.174	803.806

24.2 *Gestão de risco*

As operações financeiras da Companhia são realizadas por intermédio da área financeira de acordo com uma estratégia conservadora, visando segurança, rentabilidade e liquidez previamente aprovada pela Diretoria do Grupo. Os principais fatores de risco de mercado que poderiam afetar o negócio da Companhia são:

(a) **Riscos de mercado**

A utilização de instrumentos financeiros pela Companhia tem como objetivo proteger seus ativos e passivos, minimizando a exposição a riscos de mercado, principalmente no que diz respeito às oscilações de taxas de juros, índices de preços e moedas. A Companhia não tem pactuado contratos de derivativos para fazer hedge contra esses riscos, porém, estes são monitorados pela Administração da Companhia, que periodicamente avalia a exposição da Companhia e propõe estratégia operacional, sistema de controle, limites de posição e limites de créditos com os demais parceiros do mercado. A Companhia também não pratica aplicações de caráter especulativo ou quaisquer outros ativos de riscos.

(b) **Riscos de taxa de juros**

Os riscos de taxa de juros relacionam-se com a possibilidade de variações no valor justo de seus empréstimos e financiamentos indexados a taxas de juros pré-fixadas, no caso de tais taxas não refletirem as condições correntes de mercado. Apesar de a Companhia efetuar o monitoramento constante desses índices, até o momento não identificou a necessidade de contratar instrumentos financeiros de proteção contra o risco de taxa de juros.

O perfil da taxa de juros dos instrumentos financeiros do Grupo remunerados por juros, conforme reportado à Administração está apresentado abaixo:

Efeito em Reais

	31/12/2023	31/12/2022
Ativos Financeiros		
Caixa e equivalente	34.687.741	59.225.975
Contas a receber partes relacionadas	746.496	6.619.463
Concessionária e Permissionárias	20.048.262	7.127.515

(c) **Riscos cambiais**

Os resultados da Companhia não estão suscetíveis de sofrer variações materiais em função da natureza das atividades da Companhia. Adicionalmente, a Companhia faz acompanhamento periódico sobre sua exposição cambial e até o presente momento não identificou a necessidade de contratar instrumentos financeiros de proteção.

(d) Risco de crédito

O risco de crédito está relacionado a instituições financeiras (contrapartes) com as quais a Companhia possui ativos, não cumprir com suas obrigações contratuais, ocasionando perdas financeiras. Para minimizar esse risco, as contrapartes selecionadas são de primeira linha, o que reduz a possibilidade de não cumprimento de obrigações.

Os riscos de créditos relacionados às concessionárias e permissionárias são minimizados em virtude dos contratos assinados entre o ONS, as transmissoras e os agentes participantes da rede básica apresentarem garantias. Devido a isso, a Companhia apresenta baixo nível de atrasos nos recebimentos. E em caso de inadimplência, a Companhia pode solicitar ao ONS o acionamento das garantias dos contratos.

(e) Risco de liquidez

A Companhia acompanha o risco de escassez de recursos por meio de uma ferramenta de planejamento de liquidez recorrente. O objetivo da Companhia é manter o saldo entre a continuidade dos recursos e a flexibilidade através de contas garantidas e empréstimos bancários. A política é a de que as amortizações sejam distribuídas ao longo do tempo de forma balanceada.

A previsão de fluxo de caixa é realizada de forma centralizada pela Administração da Companhia através de revisões mensais. O objetivo é ter uma geração de caixa suficiente para atender as necessidades operacionais, custeio e investimento da Companhia.

25 Gestão do capital

A Companhia utiliza capital próprio e de terceiros para o financiamento de suas atividades, sendo que a utilização de capital de terceiros visa otimizar sua estrutura de capital e monitora sua estrutura de capital e a ajusta considerando as mudanças nas condições econômicas. O objetivo principal da Administração de capital é assegurar a continuidade dos negócios e maximizar o retorno ao acionista.

Não houve alterações quanto aos objetivos, políticas ou processos durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022.

26 Cobertura de seguros

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstração financeira, conseqüentemente não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

A cobertura de seguros contra riscos operacionais é composta por danos materiais e para responsabilidade civil, conforme:

<u>Ativo</u>	<u>Tipo de cobertura</u>	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
--------------	--------------------------	-------------------	-------------------

Poços de Caldas Transmissora de Energia S.A.
Demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2023

Responsabilidade civil	Risco civil	20.000.000	20.000.000
Seguro patrimonial	Risco operacional	160.436.645	160.436.645
Veículos	Carros	1.653.540	1.586.655
		<u>182.090.185</u>	<u>182.023.300</u>

Ramon Sade Haddad
Diretor Presidente

Jorge Bauer
Diretor

Mariana de Oliveira Barbosa
Contadora - CRC RJ - 103573/O-2